

ANDRÉ GUSTAVO

Constituinte em gotas

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, reunirá na noite de hoje em sua casa as lideranças de todos os partidos no Congresso Nacional para debater uma questão polêmica que começa a assustar ao dispositivo político do presidente da República: a Constituinte. Ocorre que a pregação realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil e o trabalho de catequese política desenvolvida pela Igreja em todo País na direção de uma Assembléia Constituinte autônoma e separada do Congresso Nacional começou a frutificar.

Aquilo que era uma decisão unânime e incontestada do início deste ano passou a ser assunto mais e mais polêmico. O próprio relator da matéria na Câmara, deputado Flávio Bierrembach, não esconde de ninguém a sua preferência por uma Assembléia Constituinte longe do Congresso Nacional. Isso indica que a transição começa a querer saltar daquele tranqüilo caminho imaginado pelos articuladores políticos do governo e dos mentores do PMDB. Neste particular, aliás, o maior partido político brasileiro está sofrendo de uma crise originada pela sua própria pregação ao longo dos comícios realizados no ano passado. Todos se lembram de que o PMDB empunhou a bandeira da Constituinte, tendo à frente o deputado Ulysses Guimarães.

Ninguém desconhece que a transição brasileira teve por suporte um pacto das elites, muito bem detectado por Tancredo Neves. Essa é uma transição de conservador para conservador, com tinturas liberais. O conservadorismo se expressa, agora, em plena luz do dia, no receio do PMDB em permitir que a tese da Constituinte, como foi antes propagada, seja, afinal, uma realidade. A preocupação com a manutenção de todo o poder ao Congresso Nacional, revela, também, uma decisão de manter um estreito controle sobre o que viera ser decidido naquele recinto. Mas em sendo assim, a Constituinte é dispensável, porque o atual Congresso tem força, legitimidade e capacidade para realizar todas as modificações constitucionais necessárias. Não será necessário convocar uma Constituinte para fazer o que o Congresso pode fazer.

A questão é que a idéia de Constituinte contém o germe da mudança. Não se supõe a realização de uma Assembléia Constituinte quando o regime está em paz e as instituições estão funcionando em regime de normalidade. Dá-se no Brasil contemporâneo, o paradoxo, porque houve uma transição — o regime dos generais naufragou — mas o regime dos civis receia em permitir um canal mais livre e aberto da expressão popular. O espírito de corpo do Congresso está, neste momento, falando mais alto que as promessas realizadas na memorável campanha a favor de diretas já e Constituinte já.

Esse é um paradoxo da transição que ainda não mostrou a sua verdadeira face. É curioso, talvez até peculiar, que o presidente da República tenha decidido solitariamente trilhar um caminho cheio de risco na seara econômica. Sua decisão implica na manutenção do crescimento, implica no desafio aos mais sagrados postulados ortodoxos do FMI e resulta numa ginástica interna e externa em busca das adaptações urgentes e necessárias nas estruturas do País. Neste sentido, o Executivo demonstrou uma surpreendente capacidade de se rearticular e partir em busca da solução inovadora. Mas a questão da Constituinte — mesmo depois da emenda Sarney — começou a ser questionada e sob questionamento os mais ardorosos defensores da Constituinte no passado tornaram-se conservadores. A transição empacou.

A reunião de hoje à noite tem enorme importância e possui um contraponto de grande significação. Os líderes irão à residência do presidente da Câmara dos Deputados depois que o general Euclides Figueiredo tiver feito sua palestra aqui na OAB/DF precisamente sobre Constituinte. O general tem se caracterizado por uma permanente preocupação com a existência de comunistas no governo. Ele, irmão de ex-presidente, não dispõe de nenhuma razão efetiva para conferir esse bolo constitucional. O rompimento destes impasses institucionais brasileiros somente vai ocorrer quando houver um significativo passo adiante na reconstrução da sociedade. Fora daí tudo será lento e gradual, tão lento e gradual quanto à transição política brasileira, que já dura onze anos.

ANC 88
Pasta 10/85-1
065/1985